

PATRIMÓNIO E CRIAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA DICOTOMIA INÚTIL*

No domínio da “Cultura”, assume-se por vezes uma divisão em duas áreas: a da “cultura herdada”, ou património (material ou imaterial), e a da “cultura em construção”, ou criação contemporânea. Procurar-se-á mostrar que esta dicotomia não é correcta, na medida em que o “património” e as “tradições” são invenções da Modernidade, são criações tão contemporâneas como o teatro, o cinema, ou outras. Em todas se parte de uma “herança”, do antigo, do já feito, para fazer novo, para recriar. No domínio da arquitectura, por exemplo, isso é (ou deveria ser) claríssimo.

O que há são actos culturais mais ou menos colectivos, e outros mais ou menos individuais (mas cuja fruição posterior pode ser mais ou menos generalizável). Porém, o importante é a promoção de variadas formas de cultura (no seu sentido mais amplo), e da comunicação (interacção) entre elas, pois essa é uma das condições da própria democracia, com tudo o que de saudavelmente utópico ela contém. Nessa perspectiva, cultura e educação estão intimamente ligadas, por forma a permitir aos cidadãos ocuparem os seus lazeres distraíndo-se com produtos de qualidade, e fomentando assim a coesão social, não apenas através de manifestações primárias de pertença, mas também de expressões mais “sofisticadas” (mais diversificadas e ricas de sentidos), à medida que a escolaridade aumenta e se sedimentem, nas sucessivas gerações, novas formas de gosto.

De facto, a “Cultura” (incluindo a cultura “erudita”, tradicional apanágio e marca distintiva de uma elite) é (ou deveria ser) um bem público como a saúde, a educação, a segurança, a justiça, etc. Nela podem e devem intervir os mais diferentes agentes, mas o mercado, só por si, e mais uma vez, não resolve os problemas: o Estado tem uma missão reguladora central, além de dever exercer um papel, quer de impulsionador, quer de elemento supletivo, nomeadamente em muitas situações em que sem a sua acção não há condições (em particular, materiais) para o acto criativo e comunicativo que a “Cultura” pressupõe.

Esse acto pode ancorar-se ou exprimir-se em realidades físicas, cuja materialidade lhes dá “a priori” condições de perdurabilidade/visibilidade (isto é, de fruição dilatada no tempo), ou, no extremo oposto do espectro, realizar-se de forma efémera, performativa, onde o que resta é um guião ou uma pauta, e depois um registo (áudio, vídeo, etc.); mas o que é importante é poder fazer/assistir o/ao “momento único” em que se produz.

Em qualquer dos casos, se um acto for realmente criador, se trazer algo de novo (o que é sempre imprevisível, e só avaliável passado algum tempo), a sua qualificação

* Resumo de conferência pronunciada no dia 3 de Junho de 2002 no Salão Nobre da Câmara Municipal de Matosinhos.

como “património” (como algo que merece ser conservado) será sempre um juízo valorativo “a posteriori”, que depende de uma comunidade. Só neste sentido tem interesse distinguir “criação” e “patrimonialização” como duas etapas distintas, no tempo, de um mesmo processo cultural. Mas a patrimonialização não deve ver-se como o reconhecimento passivo de um valor existente, mas antes como um movimento activo de transformação, de reenquadramento, de revivificação, de interpretação - isto é, como um acto de tradução, e, muitas vezes, de comunicação interactiva, como uma “performance” que actualiza e reencena.

A “produção de património” não é um mero acto técnico, social ou político, é, por si própria, um acto de criação cultural que envolve escolhas, gostos, programas, toda uma responsabilidade histórica, porque se trata, se quisermos, de voltar ao “já criado” e de o revitalizar, não como tal, como se fosse um fóssil, mas bem ao contrário, como uma obra reinvestida de energia e de capacidade estimulante. Não se trata de fazer proliferar arquivos, no sentido de registos perfeitos, exactos, mas de mobilizar as capacidades técnicas contemporâneas, inéditas na história, para re-presentificar (necessariamente reformulando-os), valores adormecidos ou ocultos, e pô-los agora ao serviço da comunidade, ao dispor da fruição dos cidadãos.

É isso que faz o arqueólogo (que eu sou): ele não desenterra coisas, ele cria um passado que nunca existiu, dotando os territórios de uma espessura, de uma densidade temporal, que de outro modo não têm, descaracterizando-se e homogeneizando-se. Neste sentido, a cultura pode ser vista como um imenso laboratório de produção de diferenças, indispensáveis à própria sobrevivência da humanidade.

Porto, Maio de 2002.

Vítor Oliveira Jorge